

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO PERÍODO GESTACIONAL: uma análise quantitativa

Kézia Rodrigues Souza¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo geral investigar a manifestação da violência doméstica no período gestacional, descrevendo dados quantitativos sobre a violência doméstica no período gestacional no Pará. Como problema de pesquisa temos: Como a violência doméstica ocorre contra a mulher em seu período de gestação? Os objetivos específicos: Entender a violência doméstica como resultado da questão social; Saber como as políticas de segurança pública se movimentam para tratar casos de violência doméstica à mulher grávida no Pará; Rastrear as causas que provocam a violência doméstica à gestante; oferecer informações pertinentes à área no campo da segurança pública. Pesquisa de ordem bibliográfica e descritiva baseada na perspectiva teórico-metodológica dialética. O tempo histórico foi delimitado entre 1994 e 2023. Conclui-se que no estado do Pará existem formas de combate institucionais, palestras, estudos, acompanhamento de formulação e implementação de políticas públicas que visem coibir a violência à mulher.

Palavras-chave: Violência; Mulher Gestante; Questão Social.

ABSTRACT

The general objective of this article is to investigate the manifestation of domestic violence during pregnancy, describing quantitative data on domestic violence during pregnancy in the state of Pará. As a research problem we have: How does domestic violence occur against women in their gestational period? The specific objectives: To understand domestic violence as a result of the social question; to know how the public security policies move to treat cases of domestic violence against pregnant women in Pará; to trace the causes that provoke domestic violence against pregnant women; to offer pertinent information to the area in the field of public security. This is a bibliographic and descriptive research based on a dialectical theoretical and methodological perspective. The historical time was delimited between 1994 and 2023. It is concluded that in the state of Pará there are institutional forms of combat, lectures, studies, monitoring of formulation and implementation of public policies aimed at curbing violence to women.

Keywords: Violence; Pregnant Woman; Social Issue.

¹Universidade Federal do Pará; Graduanda em Bacharelado em Serviço Social; E-mail: keziasouzareis@gmail.com.

PROMOÇÃO



APOIO



1 INTRODUÇÃO

O problema de pesquisa que direciona esse trabalho é o seguinte: Como a violência doméstica acontece à mulher em seu período gestacional? Temos o seguinte objetivo geral: Descrever os dados quantitativos sobre a violência doméstica no período gestacional no Pará. Foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: Identificar os principais fatores relacionados a violência doméstica contra gestantes; Conhecer como as políticas de segurança pública, com recorte de gênero atuam nos atendimentos às mulheres gestantes, vítimas de violência doméstica no Pará; Compreender a violência doméstica enquanto uma expressão da questão social; Fornecer dados atuais para contribuir com os estudos acadêmicos no campo da segurança pública.

A pesquisa é de caráter bibliográfica e descritiva sustentada com a perspectiva teórico metodológica dialética. A metodologia empregada consistiu na seleção dos textos com auxílio da internet e logo após foram feitas as leituras para conhecermos o contexto e os conceitos. Em seguida, de posse desses conceitos iremos empregá-los na situação problema que engendramos. As fontes históricas usadas foram livros, artigos científicos virtuais, tese, dissertação e monografia de conclusão de curso. Acessamos o site do Ministério Público do Estado do Pará. O tempo histórico está situado entre 1994 e 2023.

O artigo está dividido em quatro partes. No primeiro segmento vamos tratar sobre a violência contra a mulher no Brasil. Registra-se que através do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) obtemos informações sobre os casos de violência contra a mulher em período de gestação. Geralmente, são as mulheres mais jovens que são alvos dessas agressões pelo parceiro íntimo que também afeta as crianças. Trazemos estatísticas sobre essa temática em âmbito nacional, regional e por estados.

No segundo tópico explicaremos o conceito de políticas de segurança pública, assim como descobriremos que essas políticas visam criar ações, projetos,

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



prevenir a criminalidade. O sistema de segurança pública faz parte de um sistema maior, chamado de Sistema de Justiça Criminal. A terceira seção versará sobre a manifestação da questão social dentro da sociedade, veremos que o Serviço Social está inserido no interior da ordem sócio-técnica do trabalho e que a questão social é fruto da expansão capitalista que se funda na exploração do trabalho, gerando riqueza, desigualdades de várias matizes e violência, que por sua vez se desdobra na temática aqui demonstrada. Na quarta seção vamos explicar um pouco sobre algumas ações de combate à violência contra a mulher no estado do Pará que são criadas e acompanhadas pelo Núcleo de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, este núcleo possui diversas frentes de trabalho dentro dessa temática e articulação à sociedade em geral.

2 VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO BRASIL

Antes de iniciarmos a discussão em si de nossa temática deixamos claro que a perspectiva teórico metodológica que nos baseamos é dialética. Por meio dela interpretamos, avaliamos e criticamos fatos que se desenrolam na realidade histórica concreta, sendo necessário a participação do cientista para extrair do movimento da realidade suas conexões dos processos, por meio do método científico. Para alcançar esse objetivo é preciso ter em mente a totalidade das relações sociais e culturais, visando entender os fundamentos materiais de forma ampla (FERRONATO; DANTAS JÚNIOR; FIGUERÊDO, 2020, p.5).

De acordo com Colonese (2022, p.39), que consultou a Organização Mundial da Saúde(2002) o indivíduo que desfere o ato de violência podemos enquadrar a violência em três tipos ou categorias: coletiva, auto infligida e interpessoal. Esta última é seccionada em duas partes (a de ordem comunitária e a de ordem familiar e de parceiro íntimo). Quando ela é praticada no âmbito comunitário, entende-se que o perpetrador do ato não tem vínculos com as pessoas. Classificam-se as

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



ações violentas em quatro naturezas: sexual, física, psicológica, que envolva negligência e privação.

Desde 25 de janeiro de 2011, aqui no País, foi lançada uma portaria (número 104) que estabelece algumas definições sobre a violência de âmbito doméstico, sexual ou de outras naturezas que passaram a ser notificadas como compulsórias. Ou seja, os agravos têm que ser registrados e notificados no SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação). Através desse sistema conseguimos informações sobre casos de violências praticadas contra as mulheres em períodos gestacionais (MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR), 2011 apud COLONESE; PINTO, 2022, p.3).

Os profissionais de saúde registrem em seus prontuários casos suspeitos de violência contra a mulher e comunique à polícia em até 24 horas. Desde 2009, todos os casos de violência contra a mulher atendidos nos serviços de saúde públicos ou privados são notificados por meio de preenchimento de uma ficha, Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) (OLIVEIRA et al., 2020, p.4).

Colonese e Pinto (2012, p.3) acessando informações do World Health Organization (2019) nos dizem que quando se violenta qualquer mulher, automaticamente viola os direitos humanos e que esse acontecimento está intimamente relacionado com a desigualdade de gênero. Além de ser um problema de saúde pública, se configura como uma barreira para o desenvolvimento sustentável. Em todo o planeta, 30% de todas as mulheres já foram vítimas de violência sexual ou física, ocasionada por parceiros íntimos. Cerca de 38% a 50% dos homicídios são empreendidos por estes mesmos parceiros íntimos.

A violência que ocorre entre parceiros íntimos durante o período gestacional é um acontecimento universal e perpassa por todos os grupos sociais. É interessante notarmos que esse fator acontece, geralmente, nas mulheres que ainda são jovens ou adolescentes. Pelo fato desse grupo feminino ainda ser muito jovial, compreende-se que ele tem mais propensão a sofrer violência repetitiva. Outro ponto que pode estar ligado é a questão das adolescentes terem um maior

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS**XI** Jornada
Internacional
Políticas Públicas19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

grau de insegurança e serem mais indefesas quando expostas a esse tipo de situação (SILVA et al., 2009 apud RAMALHO et al, 2017, p.5000).

Os danos provocados pela violência feita durante a gravidez por parceiro íntimo, se refletem de maneira negativa na dimensão psíquica da mulher e das crianças. O autor cita um estudo de HOWARD et al. (2013) e evidencia que esse estilo de agressão contribui para que se desenvolva ansiedade, depressão perinatal e estresse pós-traumático. “Já a exposição intraútero pode acarretar o baixo peso ao nascer, ainda que de forma indireta e afetar negativamente o perfil lipídico até os 10 anos de idade da criança, predispondo-a cada vez mais cedo às doenças cardiometabólicas” (MANZOLLI, 2012; ZIAEI et al., 2019 apud OLIVEIRA et al., 2020, p.4).

Colonese (2022, p.46) citando Siqueira e Rocha (2019) nos revela que a violência psicológica praticada contra a mulher faz com ela prejudique seu estilo de vida. Essa mulher começa a ter distorções de pensamento que a induzem a raciocinar que não é importante e que também não é digna e merecedora de respeito ou reconhecimento. Como as mulheres que padecem desse tipo de agressão se calam ou não informam que estão sendo vítimas para outras pessoas, tais vítimas ficam mais fragilizadas e podem adquirir males como ansiedade ou depressão.

O trabalho de Oliveira et al., (2020, p.4) nos diz que durante os últimos anos, no Brasil, houveram pontos positivos no que se referem à intervenções mais concretas em ocasiões de violência contra as mulheres. Ele cita a Lei número 10.778/2003 que institucionaliza a notificação compulsória, tal Lei foi regulamentada pelo decreto 5099/2009, logo após ela sofreu uma mudança pela Lei 13.931/2019 (o autor consultou a fonte BRASIL, 2019).

2.1 Violência contra a mulher grávida na região norte

PROMOÇÃO



APOIO

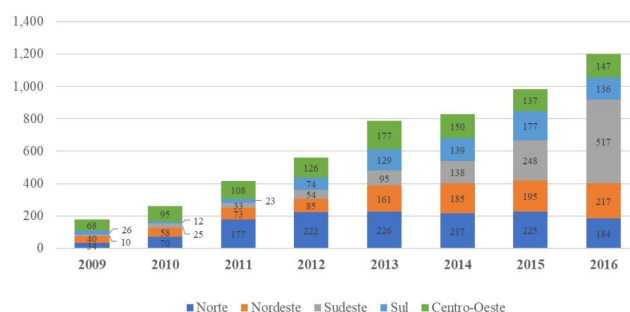


A violência do homem contra a mulher faz parte da estrutura social e organização de gênero em nosso convívio. Existem inúmeras formas nas quais se manifestam os atos violentos como: estupro, violação sexual, espancamento, homicídio, etc. A violência sexual não é compreendida como algo destrutivo quando ela é materializada por pessoas que convivem no interior do matrimônio (SAFFIOTI, 1994, p.151).

No gráfico a seguir visualizamos um recorte histórico, entre 2009 e 2016 que retrata a quantidade de notificações de casos de violências pelo parceiro íntimo no período em que as mulheres estavam gestantes em nosso País.

Gráfico 1- Notificações de violência na gravidez por parceiro íntimo nas capitais

Gráfico 2. Total de notificações de violência por parceiro íntimo durante a gravidez na Capitais brasileiras, 2009 – 2016.



Fonte: Oliveira et al (2020, p.8).

Percebemos que a análise abarcou todas as cinco regiões brasileiras, somente suas capitais: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Constata-se que houve uma radicalização dos casos de violência dessa natureza, ou seja, houveram aumentos sucessivos de notificações nos 8 anos escolhidos para investigação quando levamos em conta o âmbito nacional em cada ano: 2009 (178 notificações); 2010 (260 notificações); 2011 (414 notificações); 2012 (561 notificações); 2013 (788 notificações); 2014 (829 notificações); 2015 (982 notificações); 2016 (1201 notificações). Observamos que entre 2009 e 2016 houve um aumento de 1023 notificações em nível nacional. Para chegar nesse valor

somamos todos os casos de todas as regiões em cada ano. Depois subtraímos os valores de todos os casos de 2016 do número de todos casos de 2009.

Agora iremos extrair as notificações de cada região dentro do recorte temporal. Região Norte (1355 notificações); Região Nordeste (1014 notificações); Região Sudeste (1120 notificações); Região Sul (716 notificações); Região Centro-Oeste (1008 notificações). Para chegarmos nesses valores foram somados os números de casos por região em cada ano. Evidencia-se que a região Norte do Brasil tem os maiores casos de violência nesses 8 anos com 1355 notificações. As constatações agora irão recair em cima de notificações feitas por cada Unidade Federativa ou Estado, entre os anos de 2011 e 2018.

Tabela 1- Notificações de violência à gestante em cada estado

Tabela 1 - Número de notificações de violência contra a gestante segundo ficha do SINAN por UF. Brasil, 2011-2018. (n=74.256)

	Número de notificações de violência								Total	Variação (%)
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018		
Brasil	3624	5413	7743	7295	7718	10607	18362	13494	74256	272,4
Acre	178	250	367	404	428	520	605	506	3258	184,3
Alagoas	49	59	65	248	0	0	0	133	554	171,4
Amapá	8	18	35	28	18	39	39	96	281	1100,0
Amazonas	88	123	165	267	249	250	378	409	1929	364,8
Bahia	92	119	212	230	185	1872	0	403	3113	338,0
Ceará	30	73	91	116	141	239	391	433	1514	1343,3
Distrito Federal	58	113	171	145	112	166	269	278	1312	379,3
Espírito Santo	25	50	93	146	180	194	257	327	1272	1208,0
Goiás	51	92	145	134	193	228	229	285	1357	458,8
Maranhão	52	77	115	101	99	103	122	203	872	290,4
Mato Grosso	29	45	51	64	91	112	93	140	625	382,8
Mato Grosso do Sul	274	265	342	361	298	301	353	381	2575	39,1
Minas Gerais	416	624	848	1000	1156	1002	9067	1280	15393	207,7
Pará	115	137	200	245	195	265	266	370	1793	221,7
Paraíba	69	182	12	0	0	0	1	150	414	117,4
Paraná	179	528	591	765	973	1087	1260	1262	6645	605,0
Pernambuco	264	334	1590	32	24	188	7	1099	3538	316,3
Piauí	29	46	67	51	59	89	78	111	530	282,8
Rio de Janeiro	243	328	467	577	638	892	1062	1146	5353	371,6
Rio Grande do Norte	20	0	0	0	0	0	0	114	134	470,0
Rio Grande do Sul	252	383	436	486	508	580	720	700	4065	177,8
Rondônia	15	20	11	54	79	53	86	75	393	400,0
Roraima	16	43	52	54	66	56	61	75	423	368,8
Santa Catarina	165	288	347	418	385	386	432	460	2881	178,8
São Paulo	833	1129	1112	1132	1336	1781	2351	2760	12434	231,3
Sergipe	10	18	22	20	101	0	0	45	216	350,0
Tocantins	64	69	136	217	204	204	235	253	1382	295,3

Fonte: Dados extraídos do SINAN.

Fonte: Colonese; Pinto (2022, p. 6)

Para sermos objetivos ao tópico presente, iremos nos debruçar somente aos casos notificados no estado do Pará, nessa série histórica de 8 anos. As estatísticas foram as seguintes: 2011 (115 notificações); 2012 (137 notificações); 2013 (200 notificações); 2014 (245 notificações); 2015 (195 notificações); 2016 (265 notificações); 2017 (266 notificações); 2018 (370 notificações). Ocorreram 1793 casos nesses oito anos.

Referente a isso, os números refletem uma deficiência histórica na qual a sociedade ainda sustenta sua base: o autoritarismo que se reflete na face da violência machista sob às mulheres, fato que se agrava ainda mais por elas estarem

esperando uma criança. Então, é uma dupla agressão que se pratica que afeta a mulher e o bebê juntos.

As mulheres com idade entre 15 (quinze) e 44 (quarenta) anos perdem mais anos de vida saudável em função do estupro e da violência doméstica do que em razão de câncer de mama, câncer de colo de útero, problemas relacionados ao parto, problemas cardíacos, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), doenças respiratórias, acidentes de automóveis ou a guerra (MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, 2020, p.29).

A Justiça categoriza que a isonomia jurídica surge como modelo que assegure, de forma igual o tratamento eficiente de toda a população. Quando o direito não se consubstancia para todos, cabe ao Estado oferecer segurança para os indivíduos e grupos mais frágeis ou vulnerabilizados, para que estes não sejam vítimas de abusos de poder de qualquer ordem (físico, econômico, político, moral).

Com o desenvolvimento dos Direitos Humanos os grupos mais fragilizados exigiram uma forma de proteção especial e reconhecimento de suas particularidades. Diversos princípios dos Direitos Humanos (fundados em 1948) foram refletidos sob a forma de dispositivos legais para combater a violência contra as mulheres como: Convenção Interamericana para Prevenir, Punir, Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção em Belém do Pará, Brasil, 1994); Conferência Internacional Sobre População e Desenvolvimento (Egito, 1994); Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de discriminação Contra a Mulher (Cidade do México, 1975) (Ministério Público do Estado do Pará, 2020, p.19). Não podemos esquecer também da Lei Maria da Penha. “No ano de 2002, foram iniciados estudos para a elaboração de um projeto de lei para o enfrentamento à violência doméstica contra a mulher e em 07 de agosto de 2006, foi sancionada e publicada a Lei N. 11.340/2006, conhecida como LEI MARIA DA PENHA”

(<https://www2.mppa.mp.br/areas/atuacao/nucleos/nevm/lei-maria-da-penha.htm>, 2023).

2.1.1 A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROMOÇÃO



APOIO



Consultando o trabalho de (FILOCRE, 2009 apud SOARES, 2022, p.21) entendemos que o termo “política de segurança pública” tem como ponto central atuar para resolver demandas da segurança pública que apresentam uma problemática de dimensão política. Segundo esses autores, a política que faz a segurança pública desenvolve estratégias de contenção social, ações, projetos, programas “com o objetivo de garantir a manutenção da ordem pública, prevenção da criminalidade e melhoria da percepção da segurança”. O autor nos dá mais algumas informações referentes à engrenagem da segurança pública brasileira. Tal sistema está inserido dentro de um sistema mais vasto (Sistema de Justiça Criminal). Este último abarca:

Órgãos do Poderes Executivo e Judiciário de todos os níveis da Federação com o objetivo de garantir o Estado de Direito e prevenir a criminalidade. O Sistema de Justiça Criminal é composto pelos subsistemas de justiça criminal, segurança pública e execução penal.

Na próxima seção iremos abordar o surgimento da questão social e como ela está relacionada com o desenvolvimento do sistema capitalista e suas desigualdades. Tais desigualdades têm diversos aspectos, uma delas é o fator da violência.

2.1.2 COMPREENDENDO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA COMO QUESTÃO SOCIAL

Segundo Maciel (2016, p.38) “A questão social se expressa nas desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, sendo permeada pelas discrepâncias nas relações de gênero, etnias e formações regionais”. O trabalho de Moreira et al (2008, p. 1054) diz que o fenômeno da violência possui diversos fatores ou determinações. Está relacionado com os conflitos que envolvem poder, hierarquia, vontade de autoridade e também o desejo de dominar e aniquilar o outro. “Considerando a realidade vigente na Grécia Antiga, verifica-se que as mulheres eram negadas direitos básicos, como o direito de estar em público sem um acompanhante masculino, de receber educação formal ou de ser sujeito de direitos jurídicos” (REI et al., 2021, p.5).

Segundo Pinafi (2017) citado por Rei et al (2021, p. 5), temos esclarecimentos importantes das raízes históricas que originaram a violência contra a mulher. A exclusão que as mulheres sofrem é baseada na condição biológica e social. As relações dos sexos opostos são guiadas na configuração de superioridade do sexo masculino. Segundo Silva et al (2005) citados por Rei et al (2021, p.6) constata-se que até o século XVII o sexo feminino não tinha relevância social, pois era compreendida como uma pessoa inferior ou um homem invertido. Foi no século XIX que a mulher passou a ser reconhecida como sendo um complemento da figura masculina.

2.1.3 AÇÕES DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO PARÁ

Segundo o site do Ministério Público do Pará uma de suas áreas de atuação está conectada com o combate à violência familiar e doméstica contra a mulher. Essa área de atuação empreende processos e procedimentos criminais e cíveis, sempre que a conduta atinge especificamente a mulher. Ainda segundo o mesmo site, em Castanhal, Belém e Santarém têm Promotorias de Justiças específicas. Na cidade de Belém está situado o Núcleo de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (Núcleo Mulher) que desenvolve assuntos sobre essa temática.

O Núcleo de Proteção à Mulher é anexado ao Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos (CAODH) e uma de suas funções é viabilizar e organizar o acesso ao banco de dados no que tange à legislação, entidades, serviços e outros campos que se referem à violência à mulher. Tal núcleo é coordenado pela Promotora de Justiça Vyllyla Costa Barra Sereni, foi criado através da resolução número 005/2011/MP/CPJ. Desde o ano de 2021 o núcleo atua em conjunto com o CAODH em diversas áreas como: Realização de estudos, cursos, seminários, palestras, encontros e outros eventos; Intercâmbio permanente com entidades e ou órgãos públicos ou privados que atuam na garantia dos direitos e proteção das mulheres; Formulação, acompanhamento e execução das políticas públicas e

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



sociais, em nível estadual e nacional, na defesa dos Direitos Humanos no que se refere às mulheres; Estimulação da aproximação efetiva entre o Ministério Público e a população; Promoção de estudos para sugestão de mudanças legislativas ou normativas e acompanhar a tramitação de projetos de lei de interesse do Ministério Público do Estado do Pará.

3 CONCLUSÃO

Esse trabalho foi dedicado a investigar os casos de violência doméstica contra a mulher em período de gestação, no estado do Pará. Foram extraídas estatísticas já elaboradas em trabalhos passados e estas foram contextualizadas em cima de trabalhos de autores que explicam temáticas relativas à questão social, a casos de violência contra a mulher nas esferas estaduais, regionais e nacional. O suporte (que ampara as convenções sobre a igualdade da mulher em relação ao homem) de apoio às ações legislativas e punitivas aos agressores se funda nos Direitos Humanos. A Lei Maria da Penha é um dos reflexos da sociedade por justiça contra esse tipo de caso.

Vimos que no Pará já existem iniciativas de combate à agressão doméstica contra a mulher capitaneada pelo Ministério Público. Sua vazão se dá por meio do Núcleo de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher que se movimenta através de estudos, palestras, acompanhamento em nível local e nacional a criação e implementação de leis sobre esse tema. O conceito de políticas de segurança pública foi demonstrado para compreendermos sua função na sociedade brasileira que dentre tantas funções existe para conter os casos de violência em geral, e em específico casos sobre violência contra a mulher. Casos esses que são uma das faces horrendas da questão social, advinda das desigualdades sociais, ocasionadas pelo desenvolvimento do capitalismo sobre as sociedades. Outro ponto abordado toca a questão das notificações sobre violência à mulher que devem ser feitas no prazo de até um dia pelos trabalhadores de hospitais públicos e privados, o que

PROMOÇÃO



APOIO



inclui o assistente social. O local de depósito dessas notificações é o SINAN, sistema por meio do qual podemos acessar as estatísticas de casos sobre violência em mulheres grávidas.

REFERÊNCIAS

COLONESE, Cristiane Ferraz. **Violência por parceiro íntimo na gestação: análise do pré-natal ao puerpério**. 2022. 215 f. Tese (Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/58576/cristiane_ferraz_colonese_ensp_dout_2022.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 24 de junho de 2023.

COLONESE, Cristiane Ferraz; PINTO, Liana Wernersbach. Análise das notificações de violência contra gestantes no Brasil no período de 2011 até 2018. **Texto & Contexto Enfermagem**. 2022, v. 31, n. :e20210180, p. 1-16, novembro, 2022. Disponível: <<https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2021-0180>>. Acesso em: 24 de junho de 2023.

COSTA, Sedy Machado. **Fundamentos do serviço social: afinal do que se trata?** 2018. 70 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social)-Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018. Disponível em: <https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/1234/6/MONOGRRAFIA_%20FundamentosServi%C3%A7oSocial.pdf>. Acesso em 24 de junho de 2023.

FERRONATO, Cristiano de Jesus; DANTAS JÚNIOR, Hamilcar Silveira; FIGUERÊDO; Acácio Nascimento. Concepção teórico-metodológica dialética: uma incursão aos movimentos de educação popular. **Revista HISTEDBR online**. 2020, v. 20, n.: e020012, p. 1-11, abril, 2020. Disponível em: < 10.20396/rho.v20i0.8653538 e-Location: e020012 >. Acesso em 24 de junho de 2023.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2000.

MACIEL, Walery Luci da Silva. Instrumentalidade e estratégias em Serviço Social: o cotidiano profissional frente às múltiplas expressões da questão social. In: MACIEL, Walery Luci da Silva; MARCOMIM, Ivana. **Instrumental técnico operativo do serviço social**. Palhoça: UnisulVirtual, 2016. p.35-42. Disponível em:<

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

<https://www2.uepg.br/proex/wp-content/uploads/sites/8/2018/10/LIVRO-INSTRUMENTAIS-TECNICO-OPERATIVOS-NO-SERVICO-SOCIAL.pdf> >. Acesso em: 24 de junho de 2023>.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARÁ. **Cartilha de Proteção à Mulher: ações para o enfrentamento à violência doméstica e familiar.** 2020. Disponível em: <<https://www2.mppa.mp.br/areas/atuacao/nucleos/nevm/cartilhas.htm> >. Acesso em 24 de junho de 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARÁ. **Lei Maria da Penha.** Disponível em: <<https://www2.mppa.mp.br/areas/atuacao/nucleos/nevm/lei-maria-da-penha.htm> >. Acesso em 25 de junho de 2023.

MOREIRA, Simone da Nóbrega Tomaz; GALVÃO, Lílian Lira Lisboa Fagundes; MELO, Carmen Oliveira Medeiros L; AZEVEDO, George Dantas de. Violência física contra a mulher na perspectiva de profissionais de saúde. **Rev Saúde Pública** 2008;42(6):1053-9. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-89102008005000058> >. Acesso em: 24 de junho de 2023.

OLIVEIRA, Nayara Cristina dos Santos et Al. Violência por parceiro íntimo durante a gravidez: um estudo baseado nos registros das capitais brasileiras. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, p. 1-20, setembro, 2020. Disponível em: <dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i10.8342>. Acesso em: 24 de junho de 2023.

RAMALHO, Naiany Monise Gomes et al. Violência doméstica contra a mulher gestante. **Revista de enfermagem UFPE on line**, v. 11, n. 12, p. 4999-5008, dezembro, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.5205/1981-8963-v11i12a22279p4999-5008-2017>>. Acesso em 24 de junho de 2023.

REI, Adauta de Oliveira Wandel et al. As intervenções do serviço social no contexto da violência contra a mulher. Disponível em: <<https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2022/08/as-intervencoes-do-servico-social-no-contexto-de-violencia-contra-a-mulher.pdf> >. Acesso em 24 de junho de 2023.

SAFFIOTI, Heleiet I. B. Violência de gênero no Brasil. In: SAFFIOTI, Heleith I.B., VARGAS-MUÑOZ, Mônica (Org.). **Mulher brasileira é assim.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília,1994. p. 151-180.

SOARES, José Roberto Ângelo Barros. **Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social: análise da aderência dos planos estaduais de segurança pública e das capacidades estatais.** 2022. 109 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Programa de Pós-Graduação em

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Administração. Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: < <https://repositorio.unb.br/handle/10482/43723>>. Acesso em: 23 de junho de 2023.

PIANA, Maria Cristina. O serviço social na contemporaneidade: demandas e desafios. In: PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2009. p. 85-117. Disponível em: < <https://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389.pdf>>. Acesso em: 24 de junho de 2023.

PROMOÇÃO



APOIO

